

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
11ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 29/05/2017, págs. 1/25)

Dia: 13/06/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 10ª Sessão Ordinária (23/05/2017).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 2) Proposição nº 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo nº 0.00.000.001569/2014-04)
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Brasília
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

- 3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 21/02/2017

- 5) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 14/03/2017

- 6) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 09/05/2017

- 7) Correição n.º 0.00.000.000486/2016-51
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 8ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 24ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES e 27ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, nas 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES e 3ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy/ES e na Procuradoria de Justiça Recursal.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 23/05/2017

- 8) Correição nº 0.00.000.000404/2016-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 9) Correição nº 0.00.000.000405/2016-13
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Piauí.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 10) Correição n.º 0.00.000.000461/2016-58
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas Promotorias de Justiça de Barras/PI e de Buriti de Lopes/PI.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 11) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

- 12) Correição n.º 0.00.000.000378/2016-89
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (13/06/2017)

- 13) Avocação n.º 0.00.000.000802/2013-42
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Pedido de avocação do Inquérito Administrativo Disciplinar n.º 08190.048173/12-19, em tramitação no Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 14) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000395/2015-35 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000480/2014-12)
Embargante: Moacir Guimarães Morais Filho
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição n.º 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 21/06/2016

- 3) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/09/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/11/2016

- 5) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

- 6) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35
Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.
Advogado: Carlos Humberto Fauaze Filho – OAB/DF nº 43188
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 14/02/2017

- 7) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 21/02/2017

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258
Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 9) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40
Requerente: José Carlos Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 14/03/2017

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17
Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: David Raimundo Santos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 11) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00053/2017-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: Helena Fiúza do Amaral
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Preservação da decisão proferida no Procedimento Avocado nº 0.00.000.001857/2010-27. Atos do Colégio de Procuradores de Justiça e do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 28/03/2017

- 12) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 09/05/2017

- 13) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00401/2016-70
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Daniele de Araújo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922; José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 100/2016. Instauração de processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Falta de zelo pelas garantias e prerrogativas institucionais e processuais. RD nº 0.00.000.000012/2016-18.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00663/2016-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA n.º 7.262
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever funcional. Base na RD nº 1.00526/2016-73.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica
- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00928/2016-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 256/2016. RD nº 1.00216/2016-12. Processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Infração disciplinar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 23/05/2017

16) Proposição nº 1.00057/2017-73

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Interessados: Alberto Freire Ledur; Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE; Fernando Cezar Pereira da Silva; Fernando Ribamar Viana Neto; Francisco Antonio Tavora Colares; Jacira Costa Silva; João Paulo de Freitas Souza; Maurício Santos Matos; Márcio Gleyson Silva e Bittencourt; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás – SINDSEMP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amapá – SINDSEMP-AP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Vanderlei Cristo Mendonça

Advogados: Mário de Andrade Macieira – OAB/MA nº 4.217; José Guilherme Carvalho Zagallo – OAB/MA nº 4.059; Gedecy Fontes de Medeiros Filho – OAB/MA nº 5.135; Felipe José Nunes Rocha – OAB/MA nº 7.977; Maíra de Jesus Freitas Passo – OAB/MA nº 8.139; Wagner Antônio Sousa de Araújo – OAB/MA nº 11.101; Jhonatas Mendes Silva – OAB/MA nº 10698; Rayssa Reis de Castro – OAB/GO nº 29.374; Thiago Pimentel Santiago – OAB/BA nº 32.925

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Revogação da Resolução CNMP nº 53/2010. Revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público. Conforme art. 37, X, da Constituição Federal.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

17) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97
Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

- 20) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
- 21) Proposição nº 1.00439/2015-53
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

- 22) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Robalinho Cavalcanti
Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

- 23) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00724/2016-37
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão (14/02/2017)

- 29) Proposição nº 1.00927/2016-79
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP n.º 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

- 30) Pedido de Providências nº 1.00441/2016-59
Requerente: Matheus Martins Moitinho
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor de Justiça titular. Atuação. Comarca de Acajutiba.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (28/03/2017)

- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2016-82
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01068/2016-08
Requerente: Silvio Paulo Brabo Rodrigues
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processos referentes à matéria ambiental. Distribuição às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Reconhecimento de caráter residual das Promotorias de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

- 34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
- 35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00947/2016-68
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Piauí
- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00953/2016-98
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro

- 37) Pedido de Providências nº 1.00977/2016-00
Requerente: Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Leandro Rogério Chaves – OAB/SP nº 104273
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Interessados: Helio Telho Correa Filho; Mariana Guimarães de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Alegação de atuação funcional reprovável em Ação Cautelar e Ação Civil Pública. Divulgação midiática dos fatos sobre os atos processuais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Goiás
- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01007/2016-87
Requerente: Eduardo Brasil Dantas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Art. 70, X, da Lei n.º 066/93, que dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos Estaduais. Art. 52, da Constituição Estadual. Adicional de interiorização para servidores lotados nas comarcas do interior. Requer a regulamentação do dispositivo pelo MP/AP.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Amapá
- 39) Pedido de Providências nº 1.00051/2017-41
Requerente: Rodrigo Diegues Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Infraestrutura de Promotorias. Determinação para melhoria na qualidade estrutural das unidades de Cajamar. Conformidade com inspeção realizada no âmbito do MP/SP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: São Paulo
- 40) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 41) Pedido de Providências nº 1.00206/2017-68
Requerente: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Deputado Padre João
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tragédia da Boate Kiss. Arquivamento do inquérito para apurar responsabilidades de servidores municipais. Ajuizamento de ações de calúnia e difamação em face dos pais das vítimas. Nota pública posicionando-se contra Promotores de Justiça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

- 42) Pedido de Providências nº 1.00010/2016-10
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Providências. Atuação da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará. Impossibilidade de diálogo. Administração autoritária. Sindicato representante dos servidores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Pará
- 43) Proposição nº 1.00120/2016-08
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 13/2006, que regulamenta o art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 26, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00183/2016-38
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 45) Proposição nº 1.00207/2016-21
Requerente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no órgão.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 46) Proposição nº 1.00208/2016-85
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 47) Pedido de Providências nº 1.00506/2016-84 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria Clara Mendonça Perim
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria de Justiça Cível. Violação do Princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Espírito Santo
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2016-60
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00941/2016-36
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00943/2016-43
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00954/2016-41
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00961/2016-25
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01045/2016-58
Requerente: Rodrigo Jaci Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Permuta por servidores que se encontram às vésperas da aposentadoria. Prejuízo na abertura de editais de remoção que beneficiem demais servidores em ampla concorrência. Requer controle de ato concreto e normatização dos critérios de permuta em casos similares.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Santa Catarina
- 54) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00211/2017-34
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar Sumário n.º 247405/2014. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia. Absolvição. Decisão supostamente contrária à evidência dos autos.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia
- 55) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00251/2017-12
Requerente: Fabio Henrique Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Omissão e inércia. Apuração de irregularidades em cumprimento de pena. Andamento em processo de progressão de regime.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pernambuco
- 56) Proposição nº 1.00298/2017-86
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Alteração da Recomendação CNMP nº 47/2016. Notificação consular. Aplicação do art. 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Cientificação do Cônsul do país a que pertence o estrangeiro, sempre que este for preso.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (23/05/2017)

- 57) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00039/2017-91
Requerente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Interferência na autonomia da Procuradoria Geral de Justiça. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Autos do Recurso Administrativo nº 022/2016. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Pará

- 58) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00249/2017-07
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2015. Decisão do Conselho Superior.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Piauí
- 59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00374/2017-08
Requerente: Sigiloso
Advogado: Paulo Roberto de Souza Leão Junior – OAB/RN n.º 8968
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Norte. Inquérito Civil n.º 116.2016.000417. Violação da Resolução CNMP n.º 23. Supostas irregularidades processuais. Recurso administrativo. Nulidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Norte
- 60) Avocação nº 1.00382/2017-45
Requerentes: Carlos Martins Pereira; Francisco Manoel de Oliveira Neto; José Cleber Cabral Moreno; João Pereira de Aragão Filho; Maria José Pinheiro Carvalho
Advogado: Jadson Cleon Silva de Souza – OAB/MA n.º 7337
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Pedido de avocação. Processo Administrativo nº 2261/2017. Tramitação na Corregedoria Geral. Atos que configuram abuso de autoridade. Arquivamento dos autos. Comarca de Anajatuba.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Maranhão

Processos desta Sessão (13/06/2017)

- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00275/2015-46 (Embargos de Declaração)
(Apensos: Processos nº 1.00280/2016-02; nº 1.00301/2016-35)
Embargante: Rinaldo Reis Lima
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ofício nº 533/2015, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Determinação de realização de Correição Ordinária no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Exigência de apresentação de relatórios periódicos de Promotores e Procuradores de Justiça que integram a assessoria da Procuradoria Geral de Justiça. Suspensão do ato, até decisão final deste procedimento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

- 62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: David Evandro da Costa Carramanho
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Amazonas
- 63) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00076/2016-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Fania Helena Oliveira de Amorim
Advogado: José Fábio Marques Dias Júnior – OAB/MT n.º 6.398
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Pedido de revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar GEDOC nº 000022-024/2014 (MPMT). Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Mato Grosso
- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00203/2016-07
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Interessados: Associação Sergipana do Ministério Público; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Colégio de Procuradores. Auxílio moradia. Pagamento retroativo. Sustação dos efeitos da decisão.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 65) Pedido de Providências nº 1.00284/2016-27
Requerente: Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Miguel Leles da Rocha
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor Titular. Atuação. Comarca de Bom Jesus da Lapa/BA.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
- 66) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00398/2016-21
Requerente: Clovis Amauri Smaniotto
Advogados: Alexandre Bastos – OAB/MS n.º 6.052; Bento Adriano Monteiro Duailibi – OAB/MS n.º 5.452
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Sindicância nº 10/097/CGMP/2013.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Mato Grosso do Sul

- 67) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00685/2016-22
Requerente: Fernanda Alitta Moreira da Costa
Advogado: Ana Luiza Mercio Lartigau – OAB/RS n.º 99.283
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Suspensão da penalidade aplicada à requerente. PAD nº 2.00.000.005872/2014-67. Desconstituição de decisão. Garantia de vitaliciedade. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00689/2016-47
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogados: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258; Dâmaris Rafaela Rizzi Mação – OAB/ES n.º 25.676
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Utilização indevida das prerrogativas do cargo. Conduta incompatível com o cargo. Portaria CNMP-CN 167/2016. Base na RD n.º 1.00296/2016-89.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 69) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00700/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Rodrigo Sproesser Novas – OAB/SP n.º 314.176
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 169/2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 70) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00818/2016-42
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Portaria CNMP-CN nº 217/2016. Violação de dever funcional. Falta de zelo pelas funções essenciais à Justiça. Decisão proferida na RD CNMP nº 1.00298/2016-96.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 71) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00825/2016-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Raphael Rocha de Souza Maia – OAB/DF n.º 52.820; Antônio Pedro Machado – OAB/DF n.º 52.908; Thiago Esteves Barbosa – OAB/DF n.º 49.975; Barbara Mendes Lobo Amaral – OAB/DF n.º 21.375
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Portaria CNMP-CN n° 221/2016. Violação ao dever legal de residir na comarca de sua lotação. Abandono de Cargo. Improbidade Administrativa. Decisão proferida na RD CNMP n° 0.00.000.000834/2015-18.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 72) Procedimento Avocado n° 1.00920/2016-93
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Diego Marcelo Padilha Gonçalves – OAB/AM n° 7613
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Avocação. Sindicância n° 864628.2014.30954 do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 73) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00949/2016-75
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Cumprimento. Art. 4º, paragrafo único, da Resolução CNMP n° 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 74) Pedido de Providências n° 1.00988/2016-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior – OAB/DF n.º 16.275; Alexandre Pontes Alves – OAB/DF n.º 42.981; Verena de Freitas Souza – OAB/DF n.º 32.753
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Manifestação Pública. Coletiva de Imprensa. Incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito. "Força Tarefa". Combate à Corrupção.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Maranhão

- 75) Avocação n° 1.01019/2016-39
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão. Pedido de avocação do procedimento administrativo n.º 13204AD/2016. Responsabilidade disciplinar de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Maranhão
- 76) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.01047/2016-65
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Roberto Monteiro Gurgel Santos – OAB/RJ n.º 29.832; Natalia Marques Gurgel – OAB/DF n.º 44.921
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Descumprimento de dever funcional. Cumprimento de prazos processuais. Portaria CNMP-CN n° 279/2016. Com base na RD CNMP n° 1.00657/2016-04.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 77) Revisão de Processo Disciplinar n° 1.00009/2017-58
Requerente: Claudio Cesar Mateo Cavalcante
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão. PAD n.º 000135-024/2015.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Mato Grosso
- 78) Reclamação Disciplinar n° 1.00020/2017-54 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Cruz
Advogado: José Carlos Cruz – OAB/SP n.º 264514
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada para apurar conduta de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: São Paulo
- 79) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00062/2017-40
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Advogados: Candido DORTAS de Araujo – OAB/SE n.º 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE n.º 4800; Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE n.º 4.430
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Suspensão. Decisão do Conselho Superior que rejeitou pedido de impugnação ao vitaliciamento de membro. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

- 80) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00091/2017-20
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Francisco das Chagas Rebelo Junior – OAB/PI n.º 3.518
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2015.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Piauí
- 81) Pedido de Providências nº 1.00095/2017-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Anderson Alberici de Campos
Recorridos: Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado da Paraíba. Apuração. Crime de estelionato. Novas provas. Cumprimento do despacho proferido no Processo n.º 1.00875/2016-59.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Sul
- 82) Reclamação Disciplinar nº 1.00126/2017-11 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Cruz
Advogado: José Carlos Cruz – OAB/SP n.º 264514
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público de São Paulo.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
- 83) Proposição nº 1.00133/2017-03
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Objeto: Proposta de Resolução. Alteração da Resolução n.º 146. Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de membros e servidores do Ministério Público. Criação da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 84) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00151/2017-87 (Recurso Interno)
Recorrente: Antonio Cesar Leite de Carvalho
Advogado: Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE n.º 4.430
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revisão. Decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar CNMP nº 1.00089/2016-24. Suspensão dos efeitos da decisão. Nulidade do processo em virtude da ausência de descrição na portaria inicial. Aplicação do arquivamento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Sergipe

- 85) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00209/2017-29
Requerente: Oscar Costa Filho
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Decisão 03/2017 proferida pelo Corregedor-Geral suplente. Instauração de Inquérito Administrativo CMPF 1.000.002.000119/2016-82. Suposto conflito com a autoridade do Conselho Nacional, em razão de acórdão proferido em Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000428/2012-02.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará
- 86) Pedido de Providências nº 1.00212/2017-98 (Recurso Interno)
Recorrente: José Ribamar Matos
Advogado: Djalma de Oliveira Farias – OAB/PA n.º 2333
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Conselho Superior do Ministério Público. Ação penal. Parecer Ministerial. Suposta nulidade em razão da não arguição de foro íntimo entre membros do Parquet e alegada parcialidade.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará
- 87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00222/2017-32
Requerente: Josélia Leontina de Barros Lopes
Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral – PA
Objeto: Ministério Público Eleitoral no Estado do Pará. Desconstituição de ato do Procurador Regional Eleitoral. Designação de membro do Ministério Público do Estado do Pará em detrimento da designação da requerente. Função eleitoral junto a 100ª Zona Eleitoral. Reconhecimento do direito e dever da requerente para exercer a função eleitoral. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pará
- 88) Pedido de Providências nº 1.00237/2017-55
Requerentes: Charlane Gallisa Rocha; Janete Ribeiro dos Santos; Lais Albuquerque Antunes; Liliane Coelho Flausino; Maria Ester Tartuce; Rildo Brito Costa; Zilda Wahrendorff Caldas
Advogados: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Processo Administrativo nº 1.00.000.006074/2015-99. Revisão da Portaria PGR nº 142/91. Exercício de Funções de Assessoramento Superior (FAS), previstas no Decreto nº 200/67. Lapso temporal entre a extinção da função pela Lei nº 8.112/90 e a Portaria nº 142/91. Retroatividade para incorporação a proventos de aposentadoria.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 89) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00264/2017-28
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Cumprimento da decisão proferida no Processo n.º 1.00158/2015-82. Descumprimento do art. 7º, inciso XIV, da Resolução CNMP nº 89/2012. Sistema de acompanhamento de feitos do órgão.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 90) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00284/2017-17
Requerente: Luis Felipe Jordão Wanderley
Advogados: Candido DORTAS de Araújo – OAB/SE n.º 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE n.º 4800; Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE n.º 4.430
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Determinação ao Colégio de Procuradores de Justiça que se abstenha de computar os votos proferidos pelos Procuradores de Justiça impedidos. Evitar arguição de nulidade do julgamento do REVPAD 001/2015. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe
- 91) Consulta nº 1.00312/2017-23
Requerente: Antônio Sergio TONET; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Ex-diretores de Escolas Associativas ou Fundacionais do Ministério Público. Possibilidade de integrar comissão de concurso para ingresso na carreira dos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Minas Gerais
- 92) Pedido de Providências nº 1.00315/2017-94 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Interdição. Laudo psiquiátrico. Falta de exames complementares. Suposta infração a deveres funcionais por parte de membro do Parquet.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo
- 93) Pedido de Providências nº 1.00316/2017-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Curatela. Ata de Audiência Domiciliar sem assinatura de membro do Parquet. Suposta transgressão dos deveres funcionais.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo

- 94) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00373/2017-54
Requerente: Marcelo Máximo de Moraes Fernandes
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito nº 0223.14.001722-7. Investigação de enriquecimento ilícito. Possível inércia ou excesso de prazo.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Minas Gerais
- 95) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00385/2017-06
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2015. Decisão proferida pela Subprocuradora-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
- 96) Pedido de Providências nº 1.00393/2017-43
Requerente: Fabio Henrique Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Supostas irregularidades processuais. Denúncia de servidores públicos.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pernambuco
- 97) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00394/2017-05
Requerente: Felipe Alvarez Madeira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Concurso público. Ingresso na carreira. Irregularidades no gabarito. Anulação das questões. Prova objetiva. Violação da Resolução CNMP nº 14/2006.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Minas Gerais
- 98) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00395/2017-50
Requerente: Ismael Oliveira Queiroz
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Excesso de prazo. Conclusão de Procedimento Preparatório. Investigação de abandono do Centro Esportivo Almeida. Conforme despacho proferido no PIC CNMP nº 0.00.000.000053/2017-87.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Piauí

99) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00410/2017-51

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça Substituto. Pedido de anulação de questões.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Minas Gerais

100) Pedido de Providências nº 1.00421/2017-50

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Guilherme Wanderley Lopes da Silva

Advogados: Felipe Figueiredo Gonçalves da Silva – OAB/DF n.º 53.480; Jonas Antunes de Lima Neto – OAB/RN n.º 8.973; José Maria Rodrigues Bezerra – OAB/RN n.º 1.919

Objeto: Servidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Incidente de insanidade mental. Decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar CNMP nº 1.00228/2017-64.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Rio Grande do Norte

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público